

The Media Representation of the Content of the Inauguration Speeches and State of the Nation of João Lourenço President of the Republic of Angola¹⁶

A Representação Mediática do Conteúdo dos Discursos de Tomada de Posse e Estado da Nação de João Lourenço Presidente da República de Angola

Gabriel Luciano Maria Benguela¹⁷

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Portugal

Resumo

Fazendo a análise do discurso político, este artigo examina a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação de João Lourenço Presidente da República de Angola. O objetivo deste artigo é identificar como foram representados mediaticamente os discursos de João Lourenço e quais são as principais temáticas destes discursos difundidas nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal O País*. Produziu-se este artigo com base no método qualitativo, a análise dos discursos foi feita com a ajuda da técnica análise do discurso que permitiu perceber a linguagem e os significados sociais que constituem a ação político-social descritas nos discursos políticos de João Lourenço. As peças foram coletadas com a ajuda do *clipping* e obedeceu os pressupostos da heterogeneidade constitutiva das notícias nos diversos tipos de sequências dominadas pelo interdiscurso ajudando a compreender as tendências de comunicação constantes do *corpus* selecionado. A análise demonstra que os temas mais abordados no *Jornal de Angola* e no *Jornal o País*, estão relacionados com os valores Políticos-Ideológicos, Desafios Sociais, Desafios Económicos e Progresso, ignorando nalguns casos temas chaves que a governação de João Lourenço se propôs em corrigir, tais como o combate à corrupção, a impunidade e ao nepotismo. A decomposição dos discursos demonstrou que as preocupações que o Presidente da República de Angola, João Lourenço apresenta recaem para a promoção do Estado Social, o reforço da ligação entre os poderes, a melhoria da qualidade da informação pública, o impulso a iniciativa privada e a economia, a produção de energia elétrica e água canalizada, a governação inclusiva e participativa, a promoção da liberdade de imprensa, o controlo dos atos ilícitos, a consolidação da democracia, a modernização das Forças Armadas, o aprofundamento das externas, a implementação das autarquias locais, o combate a corrupção e a impunidade.

¹⁶ Artigo recebido a 23/01/2020 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial a 15/04/2020.

¹⁷ Doutorando em ciências da Comunicação, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Mestre em Governação e Gestão Pública, na especialidade de Governação e Políticas Públicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e Licenciado com Distinção em Jornalismo pela Faculdade de Filologia e Jornalismo, da Universidade Federal do Sul da Rússia. E-mail: gmariz1955@gmail.com.

Abstract

Analyzing the political speeches, this article examines the media representation of the content of the inauguration and state speeches of the Nation of João Lourenço President of the Republic of Angola. The purpose of this article is to identify how João Lourenço's speeches were medically represented and what are the main themes of these speeches disseminated in the news published by *Jornal de Angola* and *Jornal O País*. This article was produced based on the qualitative method, the discourse analysis was done with the help of the discourse analysis technique that allowed to understand the language and the social meanings that constitute the political-social action described in João Lourenço's political speeches. The pieces were collected with the help of clipping and obeyed the assumptions of the constitutive heterogeneity of the news in the different types of sequences dominated by the interdiscourse, helping to understand the communication trends in the selected corpus. The analysis shows that the most discussed topics in *Jornal de Angola* and *Jornal o País*, are related to Political-Ideological values, Social Challenges, Economic Challenges and Progress, ignoring in some cases key themes that João Lourenço's government proposed to correct, such as combating corruption, impunity and nepotism. The decomposition of the speeches showed that the concerns that the President of the Republic of Angola, João Lourenço presents, fall to the promotion of the Social State, the strengthening of the connection between the powers, the improvement of the quality of public information, the impulse to the private initiative and the economy, the production of electricity and piped water, inclusive and participatory governance, the promotion of press freedom, the control of illegal acts, the consolidation of democracy, the modernization of the Armed Forces, the deepening of external forces, the implementation of autarchies combating corruption and impunity.

Keywords: Political Communication, Political Discourse, *Media* and Angola

1. Introdução

A 26 de setembro de 2017, João Manuel Gonçalves Lourenço foi eleito como terceiro Presidente da República de Angola sucedendo a José Eduardo dos Santos, que liderou Angola de forma autoritária e patrimonial durante 38 anos. Depois da tomada de posse, João Lourenço prometeu uma série de reformas com o propósito de alterar o posicionamento social dos cidadãos e transformar o país.

Esta análise procura contribuir para a reflexão sobre a representação mediática dos discursos políticos de João Lourenço, Presidente da República de Angola difundidas nas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*, enfatizando uma revisão

teórica sobre a alteração que se regista na estrutura governativa angolana, fruto das eleições gerais realizadas em 2017 que elegeu um novo líder político e proporcionou uma série de ações tendentes a mudar práticas que não dignificavam o país.

O Presidente João Lourenço nos seus discursos emite mensagens cujo propósito é mudar a perceção social dos cidadãos e credibilizar as instituições do Estado. Destas mensagens identificamos a promoção de medidas como a detenção de altos dignatários e funcionários do Estado a par da constituição de processos judiciais, a retenção de capitais com proveniência duvidosa, o repatriamento de capitais indevidamente transferidos para o estrangeiro e a expulsão de estrangeiros ilegais através de operações policiais.

Apesar de existirem vários estudos sobre discursos políticos, conforme observa Poku (2001), estes incidem particularmente sobre a realidade ocidental, asiática ou do pacífico e não abordam fatos angolanos. Análises sobre Angola são pouco frequentes do ponto de vista académico-científico.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira procura-se fazer uma contextualização das matérias abordadas, descrevendo o resumo e a introdução. A segunda apresenta a revisão e torno da literatura e as opções metodológicas. A terceira e última parte descreve a análise feita aos discursos políticos do Presidente João Lourenço e as peças noticiosas analisadas referente ao assunto, apresenta os resultados, discute-os e expõe as considerações finais.

2. Comunicação Política e Discursos Políticos

Segundo Norris (2000, p. 4), a comunicação política é um processo interativo relativo à transmissão de informações entre os políticos, os meios de comunicação e o público. De entre um conjunto de definições possíveis, comunicação política pode ser caracterizada como “o intercâmbio e a confrontação dos conteúdos de interesse público-político que produz o sistema político, o sistema dos meios de comunicação e o cidadão” (Mazzoleni, 2010, p. 36). Mutsvairo e Karam (2018, p. 3) consideram que no campo académico, a Comunicação Política não está centrada apenas na relação política entre os políticos, a *media* e os cidadãos, mas em todas as formas de comunicação realizadas por políticos e outros atores políticos com a finalidade de alcançar objetivos específicos.

Os diferentes discursos presidenciais, como observa Espírito Santo (2011, p.15) podem revelar-se suficientemente ricos e diversificados para refletir sobre os objetivos, valores, símbolos e padrões de comunicação subjacentes à mensagem política do Presidente da República. É com este propósito, como refere Cardina (2016, p. 32), que se devem analisar os discursos presidenciais. Com base nestas constatações, Van Dijk (2002, p.203) considera que o processamento da informação política é frequentemente uma forma de descodificação do discurso, porque muita ação política e participação são realizadas por intermédio do discurso e da comunicação.

A comunicação política mudou radicalmente nas últimas décadas (Serrano, 2010, p. 91). De uma comunicação baseada em relações interpessoais entre políticos e jornalistas passou a um processo profissionalizado e especializado de comunicação estratégica na qual intervém um conjunto de atores que pretendem influenciar o fluxo das notícias. Sendo o discurso político uma componente da comunicação política, Reyes-Rodríguez (2008, p.226) conceitua o discurso político, como sendo, toda a comunicação relativamente autónoma produzida oralmente por um político na frente de uma audiência, cujo propósito é meramente a persuasão, transmissão de informação ou entretenimento.

Relativamente a representação mediática dos discursos políticos, Ahmed e Matthes (2016, p.221) consideram que as histórias e imagens na *media* fornecem recursos (símbolos) através dos quais organizamos uma cultura, na medida em que os meios de comunicação de massas articulam valores, ideologias e desenvolvimentos sociais dominantes, e essas características frequentemente levam a representações das ideias e dos factos nos *media*. As funções básicas do discurso político segundo Espírito Santo (2008, p. 139) estão intrinsecamente ligadas e podem revelar vários aspetos importantes, a começar pelos moldes de concretização das estratégias político-partidárias.

Apesar de historicamente os estudos sobre discursos políticos terem começado nos anos 60, nos Estados Unidos da América, como um campo interdisciplinar e multidisciplinar, em Angola só emergiram a partir das últimas duas décadas do século XXI (Mutsvairo e Karam, 2018, p. 7).

O pesquisador Okoro (2013, p.50) justifica o atraso no desenvolvimento de estudos sobre discursos políticos, com as décadas de guerra civil e a corrupção que culminaram com uma série de abusos económicos e financeiros que os *media* não podiam expor, discutir ou disseminar.

Para Mutsvairo e Karam (2018, p. 6) esteve igualmente na base deste atraso o fator diversidade, não apenas em relação à cultura, religião e dimensão geográfica, mas também em infraestruturas políticas, culturais e de comunicação.

Quanto a natureza dos discursos políticos, Cardina (2016, p. 34) considera que passa mais pela reiteração de momentos simbólicos ou de narrativas fundacionais do que pela elaboração de argumentos historiográficos. O discurso político é, por conseguinte, um elemento do processo interativo de transmissão de informações para os *media* e para o público (Mutsvairo e Karam, 2004, p. 3). Ao clarificar a natureza do discurso político, Koussouhon e Dossoumou (2015, p. 26) asseveram que no discurso político, o objetivo final é destacar como o Presidente codificou os significados da sua comunicação para transmitir as suas ideologias presidenciais e políticas e os propósitos da sua administração, de forma a avaliar as realidades nacionais e, em última análise, abordar os diversos tipos de problemas que afligem o país.

O argumento principal formulado a partir do conceito de comunicação política acima operacionalizado assenta antes sobre a noção de que o discurso político é parte integrante da comunicação política e o seu domínio facilitou a perceção da articulação entre a *media* e a veiculação das mensagens de João Lourenço transformadas em ações políticas pelo governo de Angola.

Feita a revisão teórica, passamos a caracterização da República de Angola.

3. Caracterização Geopolítica e Socioeconómica de Angola

A República de Angola (doravante Angola) situa-se na região ocidental da África Austral. Com a globalização das economias nas últimas duas décadas, houve um aumento crescente nas relações políticas e económicas estratégicas. No entanto, em relação à Angola, o sistema político apresenta ainda sérios desafios, porque o país continua politicamente instável e economicamente insustentável (Okoro 2013, p. 49).

Segundo a Constituição da República de Angola (CRA), no seu artigo 2.º, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e

interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. Angola é um Estado unitário que respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas, nos termos da Constituição e da lei (artigo 8, CRA).

Quanto a organização do poder executivo, o Presidente da República é o Chefe de Estado, o Titular do Poder Executivo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas, e exerce o poder executivo, auxiliado por um Vice-Presidente, Ministros de Estado e Ministros (artigo 108, CRA).

Angola tem no seu vasto território recursos que a tornam potencialmente rica, com destaque para como o petróleo e os diamantes, pelos quais é comumente conhecida. Todavia, é um país com uma população que vive maioritariamente pobre, devido ao reflexo das fragilidades de um Estado possuidor de recursos naturais, mas com práticas preocupantes de corrupção. De acordo com o Corruption Perceptions Index 2018, Angola ocupa o 165.º lugar em 180 países.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) estimam a população angolana em cerca de 30.175.553 habitantes dos quais, 14 219 652 são cidadãos maiores de 18 anos, em 2019. Angola apresenta uma taxa de desemprego estimada em cerca de 20%. Ainda de acordo com o INE, em 2018 o indicador do Clima Económico continuou abaixo da média da série e a Conjuntura Económica permanece desfavorável. Segundo o Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP 2008/09), as principais atividades produtivas são a agricultura e a pesca (setor primário de atividade). A par destas atividades seculares, Jauhari (2018, p. 1) afirma que no início do século XXI, muitos países da África abriram caminho para o crescimento económico. O Fundo Monetário Internacional (FMI) identificou nesta situação: Ruanda, Moçambique, Nigéria, Chade, Etiópia e Angola.

Segundo Pearce, Péclard e Oliveira (2018, p.1), depois da vitória do governo do Presidente José Eduardo dos Santos, em 2002, contra os rebeldes da UNITA, Angola aumentou a sua produção de petróleo, passando de pouco mais de um milhão de barris por dia para cerca de dois milhões, entre 2002 e 2008. Com o preço desta matéria-prima a crescer dos 20 para os 147 Dólares, o PIB de Angola aumentou dez vezes, entre 2002 e 2013, o que a tornou na terceira maior economia da África Subsaariana, com um rendimento de cerca 121 bilhões de dólares norte americanos por ano.

Como advoga Gaio (2017, p. 20), no período pós-guerra civil, o capital transnacional tornou-se cada vez mais relevante na agenda da reconstrução nacional e isto acentuou a autonomia governativa prezada pelo Governo do Presidente dos Santos e assim Angola conseguiu, enfim, financiar a agenda da reconstrução sem a necessidade de se submeter aos requisitos governativos neoliberais atribuídos à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Em relação ao sistema económico, Ferreira e Oliveira (2018, p.1) consideram que os sectores das finanças e bancário cresceram muito em menos de uma década situando-se como um dos maiores em África impulsionados pela grande procura petrolífera. Os bancos tornaram-se cruciais na articulação das interações com o sistema internacional, o que foi aproveitado pelo governo do Presidente Eduardo dos Santos para a materialização da agenda doméstica de consolidação oligárquica da elite dominante do MPLA.

No que toca aos órgãos de comunicação social, Martins (2016, p.266) considera que Angola vive um ambiente restrito de funcionamento dos *media* que envolve a intimidação e prisão de jornalistas decorrentes da cobertura de assuntos sensíveis, como os protestos contra o Governo do Presidente Eduardo dos Santos ou a corrupção no seio do Governo. Cunha e Araújo (2018, p. 106) descrevem esta situação como resultado do sistema político autoritário que vigorava, daí que o país não podia ter uma imprensa suficientemente independente que pudesse investigar e divulgar fenómenos com intensidade.

No capítulo Press Freedom Status, o relatório da Freedom House de 2019, que analisou a Liberdade de Imprensa em Angola, atribui ao país *Not Free* na posição 73 dos 100 estados analisados, considerando igualmente a conjuntura do ambiente político, económico e legal. O país recebeu pontuações, mas nenhum relatório narrativo em relação a situação de imprensa.

A organização Repórteres Sem Fronteiras considera na sua classificação mundial de 2019, que Angola ocupa a posição 109 de 180 países, com a pontuação 34,96. Esta pontuação deve-se ao facto de os *media* tradicionais ainda continuarem sob controlo do governo, pois os quatro canais de televisão, as dezassete rádios e os títulos da imprensa permanecem em grande parte sob controlo ou sob a influência do governo e do partido no poder. Apenas a Rádio Eclésia e um conjunto muito restrito de sítios particulares na

internet conseguem produzir informações críticas e independentes. Os custos exorbitantes das licenças de rádio e de televisão constituem um obstáculo ao pluralismo.

É nesta conformidade que Joffe (2014, p. 3) propõe que o governo deve se ajustar a um novo relacionamento com os *media*. As relações entre os *media* e os atores estatais angolanos sempre foram protegidas, sobretudo os com jornalistas ao serviço do Estado, trabalham para promover ativamente o partido no poder (Mutsvairo & Karam, 2018, p. 5).

Caracterizada a República de Angola, descrevemos o processo de transição política.

4. Transição Política em Angola

Depois do anúncio do ex-Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em 2016, durante uma reunião do comitê central do MPLA, partido que governa Angola que cederia o seu lugar ao então ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, como candidato a um novo mandato como Presidente da República, criou-se uma grande expectativa no sentido de relançar as bases para a prosperidade do país, pois aventava-se a possibilidade de se construir um novo modelo de desenvolvimento que beneficiasse todos os cidadãos. Começou-se por discutir os detalhes da situação política, do país, que sofrera com um regime autoritário desde 1979 a proclamação da independência.

O país estava à beira de um colapso, por causa da forte dependência do petróleo (Stevenson, 2018, p. 41). Os preços caíram abaixo de 50 USD por barril combinados com a produção que se fixou em apenas cerca de 1,5 milhão de barris por dia fizeram reduzir a receita do governo e mergulhar a economia num declínio acentuado. A desvalorização cambial e a inflação alta (42% em 2016) forçaram inúmeras empresas a fecharem as portas e levaram muitos investidores estrangeiros a saírem de Angola.

Toda esta situação ocorreu, segundo Gaio (2017, p. 18), porque o Governo do Presidente Eduardo dos Santos preservou uma atípica autonomia governativa e ficou conhecido por essa postura perante as instituições internacionais. O Governo conduziu o processo de privatização das empresas estatais sem concursos públicos e sob negociação direta com os compradores selecionados. Esta ação desempenhou um papel negativo na gênese da construção do mercado, pois os beneficiários dessas privatizações foram os

agentes e aliados que apresentavam algum valor estratégico para o regime, como constata (Ferreira, 1999, p.3). Tudo se convertia numa intensa luta para superar um regime político entrincheirado, que imitava atividades de um sistema genuinamente funcional, mas que permanecia oco e subordinado aos mesmos ditames (Faria, 2013, p.293).

Considerando as afirmações de Santos (2017, p. 15), o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de doutrina partidária. É por isso, que para Faria (2013, p.293), a política angolana do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência, e cita, a título de exemplo, os protestos contra o governo do Presidente Eduardo dos Santos e o seu partido que ocorriam em meio a um clima de medo e repressão. O contexto descrito, causou um certo receio em relação ao sucessor do Presidente Eduardo dos Santos, conquanto o Presidente João Lourenço podia aspirar a uma governação mais eficiente (Pearce, Péclard & Oliveira, 2018, p.15). No entanto, não havia evidências de que ele estivesse disposto ou capaz de reconfigurar a economia política de uma maneira que afetaria os interesses do seu eleitorado (Oliveira, 2018, p.1).

Foi num contexto de adversidade política e económica, que foram eleitos a 23 de agosto de 2017, em simultâneo os deputados à Assembleia Nacional, o Presidente e Vice-Presidente da República (nº 1, artigo 109º. CRA).

Descrevendo um certo pessimismo em relação ao novo período de governação, Stevenson (2018, p. 41) considera que apesar de os discursos do Presidente João Lourenço concentrarem a atenção dos cidadãos para a necessidade de se acabar com a corrupção e resgatar os valores essenciais de um Estado, o Presidente não pode agir segundo os mesmos, pois, estaria a desafiar o legado do seu antecessor.

Este estudo ancora-se na Teoria das Representações Sociais e Mediáticas, através da qual, a *media* com base nos aspetos interpessoais, institucionais e de comunicação, incide o seu foco na determinação das representações, bem como no pensamento sobre a construção social da realidade (Jodelet, 2001).

Para esta teoria, a importância da *media* reside na constituição das representações, sociais que recaem para três aspectos: o vetor de transmissão da linguagem, que é o portador das representações; os processos estruturais e formais do pensamento social e de influência, o consenso, o dissenso, a polémica e a produção de representações que apoiadas na vontade social são pertinentes para a vida da coletividade, assim como, a Teoria da

Ação Política, que se serve dos *media* noticiosos de forma instrumentalista, isto é, subordinando-se objetivamente a certos interesses políticos.

Para Traquina (2007), esta teoria defende a posição de que as notícias são distorções sistemáticas ao serviço dos interesses políticos de certos agentes sociais específicos, que as utilizam na projeção da sua visão do mundo e da sociedade.

Estando revista a comunicação política, o discurso político, caracterizada a República de Angola e feita a análise da transição política em Angola, com vista a prosseguir os nossos objetivos apresenta-se as opções metodológicas.

5. Opções Metodológicas

Produziu-se este artigo com base no método qualitativo, com o qual como afirma Bryman (2012, p. 30) pode-se denotar uma alternativa à ortodoxia positivista. O que permitiu estruturar este artigo sobre a representação mediática do conteúdo dos discursos de tomada de posse e estado da Nação de João Lourenço. Para tal, definiu-se um objetivo geral e duas questões de pesquisa

O objetivo geral deste estudo é identificar como foram representados mediaticamente os dois primeiros discursos do Presidente João Lourenço e quais foram as principais temáticas dos discursos abordadas pelas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*. De modo específico, este estudo tem como objetivo descrever os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço na cerimónia de investidura como Presidente da República e na sua primeira mensagem a nação, assim como, avaliar a representação mediática do conteúdo destes discursos.

Para a construção do presente artigo, foram identificadas duas questões de pesquisa:

QP1-Quais são os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço?

QP2-Como foi representado mediaticamente o conteúdo do discurso de investidura de João Lourenço como Presidente da República e da sua primeira mensagem a nação?

O estudo e a sistematização dos discursos foram realizados com a ajuda da técnica análise do discurso, que facilitou a percepção da linguagem, refletindo os significados sociais que constituem o fator catalisador da ação político-social para concretizar os objetivos traçados (Fonseca & Ferreira, 2016). Com base na técnica descrita por Fonseca e Ferreira (2015), descodificaram-se os discursos de João Lourenço, Presidente da República de Angola, categorizando-os por temas para perceber o seu efeito social. Os temas identificados foram os que nos pareceram criar um interesse particular na relação entre a linguagem e o poder refletidas nas promessas e preocupações derivadas das relações estruturais opacas, bem como transparentes de dominância, discriminação, poder e controlo manifestadas na sua linguagem.

A recolha de dados foi feita com base na pesquisa e análise bibliográfica e documental. Com ajuda do *clipping* manual foram compiladas as notícias sobre os discursos em análise nos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País* publicadas no período que vai de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017 e de 16 a 21 de outubro de 2017.

No primeiro período, de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017, identificaram-se dezasseis peças noticiosas no *Jornal de Angola* e uma no *Jornal o País* (entenda-se que naquele ano, o *Jornal o País* ainda era um semanário, tendo-se tornado diário no decurso do mandato de João Lourenço). As referidas peças estão relacionadas com o discurso de Investidura de João Lourenço como Presidente da República.

Quanto ao segundo período, de 16 a 21 de outubro de 2017, identificaram-se vinte notícias no *Jornal de Angola* e dezoito no *Jornal o País*, relativas a Primeira Mensagem a Nação.

Como observa Espírito Santo (2006, p. 88), esta análise obedece os pressupostos da heterogeneidade constitutiva dos discursos com base nos diversos tipos de sequências dominadas pelo interdiscurso. Pretende-se, com isso, demonstrar as tendências de comunicação constantes do *corpus* selecionado.

Em suma foram selecionados no *Jornal de Angola*, vinte notícias, que variam entre as 1.000 e 1.500 palavras, nove reportagens com uma variação entre 1.500 e 2.300 palavras e seis notas com uma variação entre 400 e 500 palavras. Quanto ao *Jornal o País*, foram identificadas oito notícias, que variam entre as 1.000 e 1.500 palavras, duas reportagens com 3.300 palavras cada e três notas; duas com 200 palavras e uma com 150 palavras.

Descrito o método e as técnicas de análise do estudo segue-se a apresentação dos resultados.

O *Jornal de Angola* é propriedade do Estado editado pela Edições Novembro - E. P., e o *Jornal o País* é propriedade do Grupo privado angolano Media Nova, que atua no setor da Comunicação Social desde 2008.

Segundo os dados da 2ª edição do Anuário de *Media* e Publicidade em Angola, *Marktest Angola* publicados em 2019, a categoria imprensa é liderada pelo *Jornal de Angola* com 3.7%. O *Jornal o País* com 1,3%, ocupa a terceira posição, atrás do *Jornal dos Desportos* editado pela Edições Novembro.

6. Caracterização dos Discursos

Relativamente aos temas mais abordados nos discursos de João Lourenço, repartem-se em quatro categorias a decrever: Progresso, Valores Político-Ideológicos, Desafios Sociais e Desafios Económicos.

O discurso pronunciado na cerimónia de investidura como Presidente da República no dia 27 de setembro de 2017, em Luanda na Praça da República de Angola. Teve a duração de 48 minutos e 30 segundos, tendo sido emitido em direto por dois canais de televisão com cobertura nacional, designadamente a *Televisão Pública de Angola (TPA)* e a *TV Zimbo* (privada).

Foi igualmente difundido em direto pelas principais rádios, com destaque para os canais da Rádio pública (*Rádio Nacional de Angola*) para todo o território nacional. A imprensa representada pelos diários em análise (o *Jornal de Angola* e o *Jornal o País*) e os *Semanários Expansão, Novo Jornal, Jornal Angolense, Jornal Economico, Jornal Expresso, Jornal O Crime, Folha 8* e o único semanário editado fora de Luanda, o *Correio do Sul* também divulgou o discurso. As páginas alojadas na internet também fizeram reprodução e difusão do conteúdo do discurso, destacando os portais: *Angola 24 Horas, Maka Angola, Guardião, Angonoticias, Sapo Angola* e o *Portal de Angola*. A única agência de notícias do país, *Angop*, também fez a divulgação do discurso.

Na sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, apresentada no dia 16 de outubro de 2017, o Presidente João Lourenço falou durante 58 minutos e 15 segundos. Quanto a divulgação do conteúdo obedeceu o mesmo tratamento que o discurso anterior.

7. Síntese dos principais temas dos discursos

No tocante a divulgação mediática do conteúdo dos discursos de investidura de João Lourenço como Presidente da República e da sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, recolheu-se um conjunto de dados empíricos e procedeu-se à sua identificação, agrupando-as em categorias de acordo com as suas similaridades.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os excertos dos discursos de investidura e da sua primeira mensagem à nação que ilustram as categorias temáticas pré-definidas.

Quadro 1
Síntese do Discurso de Investidura

Categorias			
Progresso	Valores Políticos-Ideológicos	Desafios Sociais	Desafios Económicos
Promoção do Estado Social	Reforço da ligação entre os poderes do Estado	Melhoria da qualidade da informação pública	Impulso a iniciativa privada para a criação de negócios
Produção e distribuição de energia elétrica	Governança inclusiva e participativa	Promoção, divulgação e criação de mais jornais, rádio e televisão	Controlo dos atos ilícitos no setor financeiro e bancário
Produção e distribuição de água canalizada	Consolidação da democracia multipartidária	Aumento da pluralidade e liberdade de expressão	Incentivo ao crédito à economia
Modernização das Forças Armadas	Aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais	Promoção das mulheres	Criação de uma indústria militar e de defesa

	Implementação de autarquias locais	Investimentos em infraestrutura e transportes públicos	
	Combate a Corrupção e a Impunidade		
	Promoção da Justiça		
	Promoção do mérito, do profissionalismo, da transparência e do rigor		
	Reforma dos serviços públicos		

No quadro acima exposto resumem-se as principais preocupações identificadas pelo Presidente João Lourenço, que demonstram a inexistência de relações e ligação entre os diferentes setores do Estado, uma governação sem a participação dos governados, uma democracia débil, um relacionamento preferencial com os demais Estados do mundo, ausência do poder local, limitações no direito de expressão e comunicação, debilidades nos transportes públicos, na economia nas contas públicas e até nos sectores de defesa e segurança.

No discurso o Presidente João Lourenço identifica os principais problemas com que o país se debate. Na sua primeira mensagem solene sobre o estado da Nação resumida no quadro abaixo demonstra como pretende resolver os problemas identificados.

Quadro 2

Síntese da Mensagem Sobre o Estado da Nação

Categorias		
Valores Políticos-Ideológicos	Desafios Sociais	Desafios Económicos
Conquista de um país independente, livre, unido, em paz e reconciliado	Promoção da Transparência na contratação de serviços públicos	Erradicação dos tempos difíceis que o país vive economicamente
Reforço do sistema democrático	Garantir a Liberdade de Religião, Crença e Culto e Expansão dos serviços museológicos	Adoção de incentivos fiscais para as empresas

Implementação de Autarquias	Melhorar o sistema de educação	Estabilização macroeconómica do país
Aposta num sistema judicial célere para a resolução de conflitos nas áreas administrativas, económica e Financeira	Melhorar a qualidade dos Serviços Públicos de Saúde	Promoção da agricultura, da indústria transformadora e alimentar
Melhoria dos sectores de Defesa e Segurança	Apoiar as áreas responsáveis pelo combate à corrupção e aos crimes económicos e financeiros	Dinamização das indústrias siderúrgicas, de construção, telecomunicações e tecnologias de informação

No quadro número dois, João Lourenço demonstra com que ações, vai debelar os problemas identificados no quadro número um. Identifica como as ações principais a implementação de autarquias locais, o reforço e melhoria do sistema de justiça para que seja mais célere e justo, a promoção da boa governação e da transparência nos atos públicos, a garantia das liberdades fundamentais, a melhoria da educação e da saúde, a diversificação da economia e o desenvolvimento da agricultura.

Feita a análise as mensagens dos discursos políticos de João Lourenço segue-se a apresentação das principais peças noticiosas que representam mediaticamente estes discursos.

8. Análise das Peças Noticiosas

A partir do discurso de investidura e da primeira mensagem solene sobre o estado da Nação, levantaram-se representações divididas em quatro categorias, designadamente: Progresso, Valores Político-Ideológicos, Desafios Sociais e Desafios Económicos, permitindo a recolha nos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País*, de cinquenta e três peças noticiosas agrupadas nos seguintes quadros:

Quadro 3

Progresso, Desafios Económicos e Sociais

Categorias			
Progresso, Desafios Económicos e Sociais			
Reforma do Estado um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão	Comunicação social pública orientada a servir os interesses da sociedade	Coligação fala em boas expectativas	Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local
Começou a guerra à impunidade	Debate sobre autarquias está entre as prioridades	Executivo faz compromisso de boa gestão	PGR abre investigação” e “SIC cria força tarefa contra a corrupção
Presidente quer acabar a importação de produtos refinados	Empresário sente-se motivado com o discurso	Vice-primeiro-ministro russo enaltece relações comerciais com Angola	Diagnóstico ao sector da Saúde
Discurso abrangente confirma promessas	Discurso transversal	Isabel dos Santos fala em momento especial	Mudanças são importantíssimas

Fonte: Produção própria

As peças no quadro anterior, descrevem através dos seus títulos, a cobertura das principais ações políticas relacionadas com os desafios que o Presidente tem com o desenvolvimento, a economia e os problemas sociais identificados nos discursos com os títulos como Reforma do Estado, combate a impunidade e a corrupção, fim da importação de produtos refinados, comunicação social orientada a servir o público, boas expectativas, fórum dos municípios aposta na descentralização do país, diagnóstico ao setor da saúde ou Procurador-Geral da República e Serviço de Investigação Criminal criam força tarefa para o combate a corrupção.

Quadro 4
Valores Políticos-Ideológicos

Categorias			
Valores Políticos-Ideológicos			
Angola e Madagáscar apostam no relançamento da cooperação bilateral	Angola e Zâmbia concertam posições sobre Zimbabwe	Angolanos em Portugal estão regozijados com João Lourenço	Chefe de Estado exonera Diakité
Chefe de Estado extingue GRECIMA	Chefe de Estado nomeia membros do Gabinete	Congo vai liderar os Grandes Lagos	Empossados assessores do Vice-Presidente
EUA destacam reformas em curso em Angola	Felicitações aos Estadistas	Felicitações de Raúl Castro ao homólogo	Governo é hoje empossado
Governo para vencer	Grupo socialista saúda o Presidente	João Lourenço concede audiências a estadistas	João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos
Membro da sociedade civil enaltece PR no combate à corrupção	MPLA aprova a lista	MPLA defende uma informação isenta e rigorosa	Oposição faltou à investidura
Países amigos estão abertos ao reforço da cooperação	Polícia e secreta militar com novos responsáveis	Polícia expulsa centenas de estrangeiros	PR exonera chefe dos serviços de inteligência militar
Presidente da República	Presidente da República a caminho da África do Sul para reforço da cooperação	Presidente da República exonera comandante Geral da Polícia Nacional	“Presidente da República fala do estado da Nação”,
Presidente está solidário com Portugal”	Presidente da República fala do estado da Nação	Presidente está solidário com Portugal	Presidente exige trabalho
Presidente recebe Samakuva	Promessas são excessivas”	Rebelião na RDC engrossa o terror”,	Região reforça apoio à RDC
Região reforça combate aos rebeldes da RDC			

Fonte: Produção própria

Relativamente aos Valores Político-Ideológicos, as notícias resumidas no quadro número quatro, demonstram essencialmente as suas primeiras deslocações ao exterior, passando pelos países que considera estratégicos, as exonerações e nomeações a constituição do novo governo e o reforço das relações com os países amigos de Angola.

Em anexo apresentamos um quadro com as frequências de notícias produzidas a partir de trechos dos discursos do Presidente João Lourenço, produzidas nos seguintes géneros notícia, reportagem e notas do período em análise, que vai de 27 de setembro a 1 de outubro de 2017 e de 16 a 21 de outubro de 2017.

Com enfoque centrado na categoria Político-Ideológica, o valor governação foi retratado com uma notícia a propor a criação de autarquias. Os valores relacionados com a impunidade aparecem com uma notícia. O item cooperação internacional tem maior predominância com oito peças sobre África, seguido dos valores sobre Governação com sete peças, em que se ressaltam aspetos relacionados ao apelo a boa governação, as exonerações e nomeações de membros do governo, a extinção e privatização de empresas públicas.

Os valores sobre mudança foram retratados com duas peças, com realce à expressão das expectativas dos partidos políticos, elogios, críticas e apelo ao diálogo com os líderes da oposição. Constitui igualmente notícia os valores sobre Inteligência e Forças Armadas com uma peça, relacionada com a exoneração das suas chefias. A impunidade, um dos principais temas de bandeira de João Lourenço é notícia com uma peça. A reação da sociedade civil ao discurso do Presidente da República também faz notícia com uma peça. A oposição está retratada nas notícias com uma peça. Não foi verificada nenhuma representação clara sobre valores económicos e de desenvolvimento no discurso.

Os valores sobre governação aparecem com treze notícias, nas quais continua-se a enfatizar as questões de nomeações e exonerações dos membros do governo com destaque para as exonerações das chefias militares e de segurança. A cooperação internacional continuou a ser destacada com cinco notícias. As preocupações dos partidos da oposição também estão representadas nas notícias com cinco peças. Os valores Sociais registam uma peça que enfatiza o início das operações policiais de luta contra a imigração ilegal e uma notícia sobre valores relacionados com as mudanças. Os valores sobre Justiça também estão presentes nas notícias com quatro peças. A necessidade de instauração de autarquias também é notícia com duas peças. Os temas sobre impunidade foram retratados em três

notícias. As categorias sobre pluralidade, a Saúde e a luta contra a imigração ilegal, foram retratadas cada uma com uma notícia. Quanto aos desafios económicos, destaca-se a notícia divulgada pelo Jornal o País, relacionada com valores sobre a produção nacional e o fim da importação de bens de primeira necessidade. Os valores sobre corrupção, a principal bandeira da governação de João Lourenço, não aparecem representados no segundo período.

Ao formular-se especificamente como questões de investigação, quais são os temas mais abordados nos discursos de João Lourenço (QP1), entendia-se que a componente dos discursos se centra nas representações políticas e ideológicas, sociais, económicas e de desenvolvimento.

Daí o fato de a análise dos discursos levar a perceber que o Presidente da República de Angola, João Lourenço, está preocupado com a promoção do Estado Social, com o reforço da ligação entre os poderes, a melhoria da qualidade da informação pública, o impulso a iniciativa privada e a economia, a produção de mais energia elétrica e água, a promoção de uma governação inclusiva e participativa, a liberdade de imprensa, o controlo dos atos ilícitos, a consolidação da democracia, a modernização das Forças Armadas, o aprofundamento das relações bilaterais e multilaterais e a implementação de autarquias locais.

A análise demonstra ainda, que quer realizar estas tarefas, combatendo a corrupção, a impunidade e o nepotismo. Para tal, João Lourenço serve-se dos *media* noticiosos para descodificar os discursos e representá-los nas diferentes peças noticiosas atingido o máximo possível de cidadãos. Ao agir assim estaria a sensibiliza-los e a dar corpo as suas pretensões, pois, como esclarece Espírito Santo (2008, p.15), os discursos presidenciais revelam-se ricos e diversificados ao refletir valores, símbolos e padrões de comunicação implícitos aos objetivos políticos.

Relativamente as notícias, durante o período em análise recolheram-se por *clipping* dos arquivos online do *Jornal de Angola* e do *Jornal o País*, cinquenta e três peças noticiosas produzidas e publicadas com base nos discursos do presidente João Lourenço, em que a categoria Progresso aparece publicada com nove peças, Desafios Económicos com três, Desafios Sociais aparecem com cinco e Valores Políticos-Ideológicos com trinta e seis peças noticiosas.

Foram publicadas poucas peças, devido a situação a que se referiam Santos (2017) e Faria (2013, p.293), quando afirmavam que o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de imprensa neutra e apartidária. A política do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência, por isso, não facilitaram o trabalho dos jornalistas, o que levou a um certo receio em relação a publicação de temas que se apresentavam como novos e que contrariavam as habituais práticas do partido no governante.

O modo como foram representados mediaticamente os dois discursos (QP2), nos remete a um certo condicionalismo, tal como observa Martins (2016, p.266), quando faz menção ao ambiente restrito de funcionamento dos *media* em Angola durante a vigência do anterior Presidente da República, devido a existência de intimidação e prisão de jornalistas, decorrentes da cobertura de assuntos sensíveis.

Assim, o cenário não era favorável a representação expressiva da mensagem dos discursos de João Lourenço, devido ao receio derivado do cenário anterior.

Nos casos em que os dois Jornais dão tratamento aos temas dos discursos fazem-no com autocensura. Quase que não existe menção aos temas de eleição do Presidente para a governação (o combate a corrupção, ao nepotismo e a impunidade).

Por serem representações de discursos que expõem as primeiras ideias do Presidente eleito optou-se pelo uso apenas de notícias, reportagens e notas para fugir a influência da análise jornalística sobre assuntos que nos pareciam ser até então de organização estrutural do país.

Estudou-se os dois jornais como elementos que têm peso na construção de opiniões tal como defende a teoria das representações sociais e mediáticas por basearem as suas publicações em aspetos interpessoais, institucionais e de comunicação, que incidem o seu foco na determinação das representações, bem como, no pensamento sobre a construção social de Angola (Jodelet, 2001).

Feita a apresentação dos resultados da análise dos discursos políticos de João Lourenço e da sua representação mediática nos *Jornais de Angola* e o *País* segue-se a discussão dos resultados.

9. Discussão dos Resultados

Neste ponto, discutem-se os resultados sobre o conteúdo dos dois primeiros discursos de João Lourenço, sua representação mediática e as principais temáticas abordadas pelas notícias veiculadas pelo *Jornal de Angola* e o *Jornal O País*. Considerando que o exercício de governação deriva de um dado contexto político que o Estado pretende corrigir ou manter, nota-se dos resultados da análise, que Angola é um país onde a organização político-administrativa foi bastante influenciada pelos momentos que eram considerados de obstáculos ao desenvolvimento, derivados do processo de descolonização, da guerra civil, de crises económicas e sociais. Estes contextos, para Gaio (2017, p. 18) descrevem como atípica a forma como o Governo do Presidente José Eduardo dos Santos preservou a governação durante os seus 38 anos de poder. Foi por isso que o Presidente João Lourenço identificou os problemas resumidos nos Valores Políticos-Ideológicos, Económicos, Sociais e de Desenvolvimento como fatores que ele pretende transformar em ações para o alcance da mudança.

A atuação anteriormente descrita inviabilizou a aplicação de um conjunto de direitos e deveres que corporizavam o bem-estar comum e construiu um modelo de gestão cujo propósito não era o da prossecução do bem comum. Para Santos (2017, p. 15), isso sucedia porque o governo não tinha uma oposição política forte, nem uma alternativa plausível de doutrina partidária. Faria (2013, p.293), vai mais longe e justifica que sucedia porque a política do pós-guerra e a vida pública exibiam ondas de opressão e resistência. Relativamente a corrupção, por exemplo, o anterior regime conduziu o processo de privatização das empresas estatais sem concursos públicos e sob negociação direta com os compradores selecionados. Uma prática que Ferreira (1999, p.3), considera que desempenhou um papel negativo na gênese da construção da economia de mercado, ao beneficiar com essas privatizações, os agentes e aliados que apresentavam algum valor estratégico para o regime.

Como observa Oliveira (2018, p.1), João Lourenço aspira por uma governação mais eficiente, capaz de reconfigurar a economia, a política e o estado social e corrigir os vícios do passado. Através dos *media*, João Lourenço leva ao conhecimento do grande público as suas pretensões. Para a Teoria da Ação Política, os políticos ao servirem-se de forma instrumentalista dos *media*, pode-se fazer valer os seus interesses políticos. Do mesmo

modo que justifica Traquina (2007), ao considerar que as notícias sobre as promessas discursivas ao serem sistematicamente publicadas, o Presidente serve-se dos *media* para divulgar os seus interesses políticos para a projeção da sua visão à sociedade.

A análise aos discursos parece mostrar que na prática o país vive problemas relacionados com a sua organização estrutural, o que remete a necessidade de criação de condições para a reforma do Estado. A efetivação do direito a expressão e a informação, o impulso ao desenvolvimento económico e a melhoria das condições sociais, podem permitir a João Lourenço que incentive a instituição destes preceitos para substituir as práticas lesivas.

Cardina (2016) e Mutsvairo & Karam (2004), corroboram com estes preceitos. No entanto, reconhecem não ser fácil concretizar tais intenções, já que a resolução dos problemas identificados passam mais pela reiteração de momentos exemplares e simbólicos ou de narrativas fundacionais e a conjuntura angolana não tem facilitado a implementação destas ações.

Das discussões dos resultados discorrem as seguintes considerações finais.

10. Considerações Finais

A análise aos discursos políticos de João Lourenço demonstram como ideologicamente o Presidente da República aborda os principais temas que afligem a Nação, traduzidos numa mensagem virada para o resgate da imagem política desgastada do MPLA (partido no poder), que esteve essencialmente associada a má-gestão do anterior governo liderado pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos e reflete que o estado em que o país se encontra emergiu de uma serie de atitudes de cidadãos do seu próprio partido, pouco ou nada comprometidos com as aspirações populares.

A mensagem estabelece uma prioridade política, que é para além da alteração do modo social de estar, reformar politicamente, economicamente e socialmente o país, mediante o combate aos principais vícios que afligem a nação, tais como: a corrupção, a impunidade e o nepotismo e, assim recuperar os recursos indevidamente retirados do erário público.

Ao reforçar com quadros, meios técnicos e materiais as instituições que intervêm diretamente no combate a corrupção, tais como: a Procuradoria-geral da República e a Inspeção Geral do Estado, o Presidente pretende que as mesmas sejam mais atuantes.

O combate a impunidades vem sendo feito com a constituição de processos judiciais contra personalidades próximas ao antigo Presidente da República, consideradas até então impunes.

Da representação mediática do conteúdo dos discursos efetuada pelo *Jornal de Angola* e pelo *Jornal o País* sobressai um reflexo transversal dos principais problemas levantados pelo Chefe de Estado, consubstanciados na correção política das ações do governo, resolução dos problemas sociais e económicos visando criar condições para o desenvolvimento sustentado do país. Existe uma diversidade na abordagem dos temas. Todavia, os dois jornais recorreram essencialmente a géneros informativos para cobertura das preocupações discursivas.

Os textos que representam mediaticamente as mensagens do Presidente João Lourenço sensibilizam e mobilizam os cidadãos à mudança de atitude, percebe-se isso, a partir dos valores simbólicos usados para promover a intenção político-social do Presidente, que demonstra a maneira como se propõe governar o país e como avalia a realidade e os problemas que afligem os cidadãos.

A primeira dificuldade encontrada no decurso da investigação foi a recolha das notícias para análise do conteúdo da *media*, devido a inconsistência nos arquivos digitais dos jornais analisados. A segunda dificuldade teve a ver com o acesso a estudos sobre comunicação política relacionados com a realidade angolana. Esta dificuldade não frustra, porém, as intenções do investigador em prosseguir o trabalho de análise desta natureza, esta relacionada com o fato de querer ver a projeção da prática da comunicação política em Angola.

Atendendo o papel revelador e representativo da *media*, investigações futuras poderão incidir mais sobre a análise da representação mediática dos discursos políticos do Presidente da República de Angola, para reunir um maior conhecimento sobre as ações políticas projetadas e constituir um contributo para os estudos sobre comunicação política em Angola.

Referências

Ahmed S. & Matthes, J. (2016). Media representation of Muslims and Islam from 2000 to 2015: A meta-analysis. *The International Communication Gazette*, 79 (3), 219 – 244.

Cardina, M. (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações*, 17, 31-42.

Cunha, I. F. & Araújo, B. (2018). As notícias sobre corrupção e as redes de sociabilidade: um estudo exploratório em Portugal, Brasil e Angola. *Observatório (OBS) Journal*, 12(2), 90-107.

Espírito Santo, P. (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. *Comunicação & Cultura*, 2, 83-102.

Espírito Santo, P. (2011). A Mensagem nas Eleições Presidenciais Portuguesas: os cartazes e slogans entre 1976 e 2006. *Observatório (OBS) Journal*, 5(2), 161-195.

Faria, P. C. (2013). The Dawning of Angola's Citizenship Revolution: A Quest for Inclusionary Politics. *Journal of Southern African Studies*, 39 (2), 293-311.

Fonseca P. & Ferreira M. (2016) Paulo Portas e a legitimação discursiva das políticas de austeridade em Portugal. *Análise Social*, 221(4) 886-921

Fonseca P. & Ferreira M. (2015) Through ‘seas never before sailed’: Portuguese government discursive legitimation strategies in a context of financial crisis. *Discourse & Society*, 26(6) 682–711

Ferreira, M. E. & Oliveira, R. S. (2018). The Political Economy of Banking in Angola. *African Affairs*, 1-26.

Freedom House. (2017). *Freedom of the Press/2017 (Angola)*. Acessado a 18 de abril de 2019 em <https://freedomhouse.org>.

Gaio, G. F. (2017). Preservando o status quo na economia política angolana: adaptações governativas, angolanização e o mercado. *Mural Internacional*. 1, 14-28.

Governo de Angola (26 de setembro de 2017). *Cerimónia de Investidura como Presidente da República de Angola*. Acessado a 20 de fevereiro de 2019 em www.governo.gov.ao.

Governo de Angola (16 de outubro de 2017). *Estado da Nação 2017: Mensagem do Presidente João Lourenço*. Acessado a 20 de fevereiro de 2019 em www.governo.gov.ao.

Instituto Nacional de Estatística (1 de julho de 2009). *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População Vol. V 2008-2009*. Acessado a 13 de março de 2019 em <https://www.ine.gov.ao>.

Instituto Nacional de Estatística. (31 maio de 2014). *População projetada por grupos etários, segundo a área de residência e sexo Angola 2019, a partir do censo geral da população 2014*. Acessado a 13 de março de 2019 em <https://www.ine.gov.ao/>.

Instituto Nacional de Estatística. *Folha de Informação Rápida do Índice de Preços de Bens de Exportação e Importação Junho 2018*. Acessado a 13 de março de 2019 em <https://www.ine.gov.ao>.

Jauhari, A. (2018). African Economic Renaissance: A Case Study of Rwanda and Angola. *Insight on Africa*, 10 (2), 1–23.

Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 17-44).

Koussouhon, L.A. & Dossoumou, A. M. (2015). Political and Ideological Commitments: A Systemic Functional Linguistic and Critical Discourse Analysis of President Buhari's Inaugural Speech. *International Journal of Linguistics and Communication*, 3(2), 24-34.

Marktest Angola. (12 de abril de 2019). 2ª edição do Anuário de Media e Publicidade. Acessado a 20 de maio de 2019 em www.marktest.com

Martins, V. (2016). Politics of power and hierarchies of citizenship in Angola. *Citizenship Studies*, 1-17.

Martins, P. (2016). Sistemas mediáticos e enquadramento legal da Comunicação Social nos Estados membros. In (Coord.) Sónia Pedro Sebastião. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a afirmação global das culturas de expressão portuguesa*. Lisboa. ISCSP, 243 - 277.

Mazzoleni, G. (2010), *La Comunicación Política*. Madrid: Alianza Editorial.

Mutsvairo, B. & Karam, B. (2004). Political Communication: An Africanised Perspective. *Perspectives on Political Communication in Africa*. Pretoria. Palgrave Macmillan.

Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge University Press.

Okoro, E. (2013). Mass Communication and Sustainable Political Development in Africa: A Review of the Literature. *Studies in Media and Communication*, 1 (1), 49-56.

Pearce, J. Péclard, D. & Oliveira, R. S. (2018). Angola's elections and the politics of presidential succession. *African Affairs*, 1–15.

Poku, N. (2001). *Regionalization and Security in Southern Africa*. London: Palgrave Macmillan.

Reporters Sans Frontières (janeiro de 2020) *Des médias traditionnels toujours sous controle*. Acessado a 18 de abril de 2019 em <https://rsf.org/fr/angola>

Reyes-Rodríguez A. (2008): Political Discourse and its Sociolinguistic Variables. *Critical Inquiry in Language Studies*, 5 (4), 225-242

Santos, L. A. (2017). Portugal and Angola: the politics of a troubled media relationship. *Media, Culture & Society*, 40(3), 470 – 476.

Serrano, E. (2010). Spin doctoring e profissionalização da comunicação política. In (org.) Correia J. C. Ferreira G. B. e Espírito Santo P. *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã. LabCom Books, 91-98

Stevenson, J. (2018). Angola's uncertain transition. *Strategic Comments*, 17-59.

Traquina N. (2007) *Jornalismo*. Lisboa. Editora Quimera.

Transparency International. (2019). Corruption Perceptions Index 2018. Acessado a 12 de abril de 2019 em www.transparency.org.

Van Dijk, T. A. (2002). Political discourse and political cognition. In P. Chilton & C. Shaffner (Eds.), *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse*. Amsterdam, 203-237.

Anexos 1

Quadro 1

Síntese das Representações Político-ideológicas

Data	Fonte	Motivos Político-Ideológicos									
		Autarquias	Mudanças	Justiça	Cooperação Internacional	Reforma do Estado	Democracia	Governação	Inteligência Armadas	Forças Armadas	Oposição
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017											
27/09/17	J. A.		2		2	1					1
28/09/17	J. A.	1			1						
29/09/17	J. A.	1			1			3	1		
30/09/17	J. A.							1			
SEMANA DE 16 A 21 DE OUTUBRO DE 2017											
16/10/17	J. A.							1			

17/10/17	J. A.	2						1		3
18/10/17	J. A.				1			1		
19/10/17	J. A.							1		1
20/10/17	J. A.					1			1	
21/10/17	J. A.				2	1				

SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017

27/09/17	O. P.									
28/09/17	O. P.									
29/09/17	O. P.									
30/09/17	O. P.	1								

SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017

27/09/17	O. P.					1	1		1	
28/09/17	O. P.			1	1				1	
29/09/17	O. P.			1	1				2	
30/09/17	O. P.				1				1	
01/10/17	O. P.								3	

Quadro 2

Síntese das Representações Sociais e económico

Data	Fonte	Motivos Sociais e económico								
		Sociedade Civil	Corrupção	Pluralidade	Saúde	Impunidade	Migração	Economia		
SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017										
27/09/17	J. A.	1								
28/09/17	J. A.									
29/09/17	J. A.					1				
30/09/17	J. A.									
SEMANA DE 16 A 21 DE OUTUBRO DE 2017										
16/10/17	J. A.									

17/10/17	J. A.							
18/10/17	J. A.			1	1			
19/10/17	J. A.							
20/10/17	J. A.							
21/10/17	J. A.						1	

SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017

27/09/17	O. P.							
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							

SEMANA DE 27 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO DE 2017

27/09/17	O. P.	1				2		
28/09/17	O. P.							
29/09/17	O. P.							
30/09/17	O. P.							
01/10/17	O. P.							

Fonte: Produção própria, adaptado da Pesquisa de Espírito Santo (2006) sobre a mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006. **Legenda:** J. A-*Jornal de Angola*; O P. – *O País*

Anexo 2

Listas de Noticias (*Clipping*)

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Angolanos em Portugal estão regozijados com João Lourenço. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Isabel dos Santos fala em momento especial. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço concede audiências a estadistas. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). João Lourenço prometeu ser Presidente de todos angolanos. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Oposição faltou à investidura. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Países amigos estão abertos ao reforço da cooperação. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (27 de setembro de 2017). Presidente da República. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (28 de setembro de 2017). Chefe de Estado nomeia membros do Gabinete. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (29 de setembro de 2017). Grupo socialista saúda o Presidente Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (30 de setembro de 2017). Governo é hoje empossado. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (1 de outubro de 2017). Presidente exige trabalho. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Presidente da República fala do estado da Nação. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Chefe de Estado extingue GRECIMA. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Coligação fala em boas expectativas. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Debate sobre autarquias está entre as prioridades. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Discurso abrangente confirma promessas. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Discurso transversal. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Mudanças são importantíssimas. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Promessas são “excessivas”. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (17 de outubro de 2017). Executivo faz compromisso de boa gestão. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Governo para vencer. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). MPLA aprova a lista. Acessado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Congo vai liderar os Grandes Lagos. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). MPLA defende uma informação isenta e rigorosa. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Chefe de Estado exonera Diakité. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (18 de outubro de 2017). Diagnóstico ao sector da Saúde. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Empossados assessores do Vice-Presidente. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Empresário sente-se motivado com o discurso. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Presidente está solidário com Portugal. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (19 de outubro de 2017). Presidente recebe Samakuva. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (20 de outubro de 2017). Presidente está solidário com Portugal. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). PGR abre investigação. Acessado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). Polícia expulsa centenas de estrangeiros. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal de Angola. (21 de outubro de 2017). Rebelião na RDC engrossa o terror. Consultado a 13 de março de 2019 em <http://jornaldeangola.sapo.ao>.

Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Angola e Madagáscar apostam no relançamento da cooperação bilateral. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Fórum dos Municípios encerra com maior aposta na descentralização do poder local. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (16 de outubro de 2017). Comunicação social pública orientada a servir os interesses da sociedade. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (17 de outubro de 2017). Presidente quer acabar a importação de produtos refinados. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (18 de outubro de 2017). Angola e Zâmbia concertam posições sobre Zimbabwe. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (18 de outubro de 2017). Começou a “guerra a impunidade”. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (20 de outubro de 2017). PR exonera chefe dos serviços de inteligência militar. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (21 de outubro de 2017). Membro da sociedade civil enaltece PR no combate à corrupção. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (23 de outubro de 2017). Presidente da República a caminho da África do Sul para reforço da cooperação. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (25 de outubro de 2017). Polícia e Secreta Militar com Novos Responsáveis. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (26 de outubro de 2017). “Reforma do Estado – um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão”. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao

Jornal O País. (27 de outubro de 2017). Reforma do Estado – um imperativo para um serviço de excelência ao cidadão. Consultado a 13 de março de 2019 em www.opais.co.ao.